

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ELIETE MACIEL FONTANA

**PASSIVOS AMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO NAS EMPRESAS GANHADORAS
DO PRÊMIO DE TRANSPARÊNCIA CORPORATIVA 2018**

FARROUPILHA

2019

ELIETE MACIEL FONTANA

**PASSIVOS AMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO NAS EMPRESAS GANHADORAS
DO PRÊMIO DE TRANSPARÊNCIA CORPORATIVA 2018**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Diego Luís
Bertollo

Orientador TCC II: Prof. Me. Leandro
Rogério Schiavo

FARROUPILHA

2019

ELIETE MACIEL FONTANA

**PASSIVOS AMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO NAS EMPRESAS GANHADORAS
DO PRÊMIO DE TRANSPARÊNCIA CORPORATIVA 2018**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Diego Luís
Bertollo

Orientador TCC II: Prof. Me. Leandro
Rogério Schiavo

Aprovado (a) em 03/12/2019

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Me. Leandro Rogério Schiavo
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Esp. Nilton José Goulart de Martins
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. José Alberto Momoli
Universidade de Caxias do Sul - UCS

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Primeiramente a Deus, onde sempre tive fé e busquei auxílio nas horas difíceis. Em especial ao meu orientador, Prof. Me. Leandro Rogério Schiavo pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma toda especial minha mãe Antônia por tudo que dedicou a vida toda para que sempre conguíssemos estudar, mesmo que de forma tão simples sempre mostrou a importância do estudo. Também ao meu amor Jean Moreira, a pessoa que sempre incentiva a melhorar e continuar crescendo.

A todos os familiares, amigos e colegas de faculdade ou pessoas que contribuíram de alguma forma durante a pesquisa, pelo amor, compreensão e apoio dedicados, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho ou por acreditarem em minhas escolhas, apoiando-me e esforçando-se junto a mim, para que eu suprisse todas elas.

“Sonhos determinam o que você quer. Ação determina o que você conquista.”

Aldo Novak

RESUMO

Contabilidade Ambiental é a contabilização dos benefícios e prejuízos que os desenvolvimentos de um produto, ou serviços, pode trazer ao meio ambiente. É um conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente. O objetivo da contabilidade ambiental é mostrar as informações referente a registros ambientais aos usuários internos e externos que possam ter causados modificações patrimoniais quantificadas em moeda. Na contabilidade ambiental contém o passivo ambiental que é todo tipo de impacto causado ao meio ambiente por determinada empresa e que possui a obrigação de reparar o mesmo. Os custos ambientais são recursos utilizados no controle e preservação ambiental utilizados na área de produção. O Troféu de Transparência ANEFAC - FIPECAFI – SERASA EXPERIAN tem o objetivo de reconhecer e homenagear as companhias que possuem as melhores práticas de transparência em informações contábeis, publicada por meio de suas demonstrações financeiras. No entanto nem todas as empresas contabilizam as informações contábeis ambientais. Esse estudo busca responder a seguinte pergunta: Como as empresas ganhadoras do prêmio de transparência 2018 da ANEFAC estão identificando e reconhecendo seus passivos e custos ambientais? Para responder essa questão foram analisadas as Demonstrações Contábeis e Balanço Social das doze empresas ganhadoras do prêmio. O estudo apresenta as informações em valores e como cada empresa contabiliza cada informação em custos e passivos ambientais. Conclui-se que as informações evidenciadas são escassas e poderiam ser mais completas e claras dando aos usuários informações mais precisas e específicas sobre o assunto.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Custo Ambiental. Passivo Ambiental. Transferência Corporativa.

ABSTRACT

Environmental Accounting is the accounting of the benefits and losses that the development of a product, or services, can bring to the environment. It is a set of actions planned to develop a project, taking into account the concern with the environment. The purpose of environmental accounting is to show environmental record information to internal and external users that may have caused currency-quantified asset changes. In environmental accounting contains the environmental liability that is any kind of impact caused to the environment by a given company and that has the obligation to repair it. Environmental costs are resources used for environmental control and preservation used in the production area. The ANEFAC - FIPECAFI - SERASA EXPERIAN Transparency Trophy aims to recognize and honor companies that have the best accounting information transparency practices, published through their financial statements. However, not all companies account for environmental accounting information. This study seeks to answer the following question: How are ANEFAC 2018 transparency award-winning companies identifying and recognizing their environmental liabilities and costs? To answer this question, the Financial Statements and Social Balance Sheet of the twelve award-winning companies were analyzed. The study presents the information in values and how each company accounts for each information in environmental costs and liabilities. It is concluded that the evidenced information is scarce and could be more complete and clear giving the users more accurate and specific information about the subject.

Keywords: Environmental Accounting. Environmental cost. Environmental liability. Corporate Transfer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mensuração do Passivo	22
Figura 2 – Classificação de custos ambientais.....	25
Figura 3 – Demonstrações financeiras utilizadas para avaliação.....	31
Figura 4 – Critérios de premiação do Troféu Transparência	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultado se as empresas evidenciam as informações ambientais.....48

LISTA DE ABREVIATURAS

Dr.	Doutor
Esp.	especialista
Me.	mestre
prof.	professor

LISTA DE SIGLAS

ANEFAC	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
B3	Bolsa de Valores Oficial do Brasil
CERES	Coalition for Environmentally Responsible Economies
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
GRI	Global Reporting Initiative
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON	Instituto dos Auditores Independente do Brasil
IPO	Oferta Pública Inicial
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	Organização Internacional para Padronização
LED	Diodo Emissor de Luz
MV	Milivolt
NBR	Norma Brasileira de Regulamentação
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PR	Paraná
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
RS	Rio Grande do Sul
S.A.	Sociedade Anônima
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UHE	Usina Hidrelétrica
UNEP	United Nations Environment Programme
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE SÍMBOLOS

%	por cento
kg	quilograma
R\$	reais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	14
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	16
1.3	OBJETIVOS	18
1.3.1	Objetivo geral	18
1.3.2	Objetivos específicos	18
1.4	ESTRUTURA DO ESTUDO	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	CONTABILIDADE AMBIENTAL	19
2.1.1	BALANÇO SÓCIO AMBIENTAL	19
2.1.2	Ativos Ambientais	20
2.1.3	Passivos Ambientais	21
2.1.4	Receitas Ambientais	23
2.1.5	Despesas Ambientais	23
2.1.6	Custos Ambientais	24
2.1.7	Perdas Ambientais	25
2.2	GOVERNANÇA CORPORATIVA	26
2.2.1	Balanco Social	27
2.2.2	Relatório de Sustentabilidade	28
2.2.3	Transparência Corporativa	28
2.2.4	Troféu Prêmio de Transparência 2018	29
2.2.5	Regulamento Para a Premiação	30
2.2.6	Julgamento e Premiação	33
3	METODOLOGIA	34
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	34
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	35
4	ESTUDO DE CASO	36
4.1	ALGAR	36
4.1.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	36

4.2	CESP.....	37
4.2.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	38
4.3	DURATEX	39
4.3.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	39
4.4	ENGIE	40
4.4.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	40
4.5	JSL	41
4.5.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	41
4.6	LOCALIZA RENT A CAR.....	42
4.6.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	42
4.7	MAHLE	43
4.7.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	43
4.8	MARCOPOLO	43
4.8.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	44
4.9	SANEPAR	44
4.9.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	45
4.10	SLC AGRÍCOLA	46
4.10.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	47
4.11	TELECOM	47
4.11.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	48
4.12	UNIDAS	48
4.12.1	Evidenciação do passivo e do custo ambiental	48
5	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Em nível mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido uma das mais ativas instituições no desenvolvimento e apoio a trabalhos que visem a preservação do meio ambiente. Diante disso, a área contábil e econômica, tem permanentemente discutido o assunto em reuniões de seus comitês. A respeito disso, a grande preocupação presente é com o desenvolvimento de um quadro teórico referencial para uma contabilidade voltada para a sustentabilidade, contemplando os passivos contingenciais e procurando uma correta mensuração para os impactos ambientais (FERREIRA, 2011).

Ao passo que o objetivo da contabilidade ambiental é identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, evidenciando a situação patrimonial ambiental da Indústria (CLEMENTE; KUBASKI; TAFFAREL, 2011; RIBEIRO, 2010).

Neles os ativos são diferentes entre uma empresa e outra, frente ao fato que, pode ser representada através de estoques de acessórios, peças e insumos utilizados em processos de redução ou eliminação da poluição, bem como por investimentos realizados pela empresa em pesquisas e aprimoramento de tecnologias com foco no controle ambiental, processo, proteção e conservação do meio ambiente (SOUZA et al., 2015). Diante disso o passivo ambiental representa os danos causados ao meio ambiente, ou seja, a responsabilidade social da empresa com o meio ambiente em que ela está inserida (LONGEN; FILHO, 2016) .

Nesse contexto, custo é o gasto que a empresa tem ligado diretamente ao processo produtivo. Ela deve saber os custos dos seus produtos/serviços para que possa definir um planejamento estratégico adequado e por consequência obter lucro. Dessa forma, os custos ambientais não podem ficar esquecidos, pois os mesmos influenciam direto no resultado final da instituição (SANTOS; SOUZA, 2014).

Tinoco & Kraemer (2011, p.02) sobre o impacto das questões ambientais: O impacto das questões ambientais passou a ser discutido, inicialmente, nos meios acadêmicos e nas Organizações Não Governamentais (ONGs) a partir dos anos 70

e, posteriormente, pela comunidade em todo o mundo, em face da preocupação e da consciência dos prejuízos que vem provocando para a humanidade, com consequências nefastas sobre a fauna, a flora, a vida das pessoas (VIDAL; RODRIGUES, 2018).

O crescimento econômico provoca perdas ambientais, ou seja, para se preservar o meio ambiente, a mudança de comportamento é indispensável. Assim encontrar maneiras que possibilitem o crescimento econômico sem prejuízo às gerações futuras é também responsabilidade e contribuição de todas as ciências: humanas, exatas e biológicas. A Contabilidade por sua vez, encontrou maneiras de demonstrar a mensuração da situação econômica financeira da empresa, com relação aos impactos ambientais por ela causados. Com essas demonstrações desses impactos ambientais, as empresas encontraram formas de diminuir seus passivos ambientais que muitas vezes são necessários, e conseqüentemente aumentar seus ativos ambientais (CRISTINA; EUGÊNIO, 2007).

Em qualquer instituição existe uma estrutura de governança, um conjunto de regras e procedimentos que norteiam as relações entre aqueles envolvidos diretamente no funcionamento da sociedade, os acionistas (shareholder). Porém, a Governança Corporativa é o conjunto de práticas que otimizam o desempenho de uma empresa, onde ficam evidentes as preocupações com o alcance de metas e estratégias e sobretudo a criação de valor, não só para os acionistas, mas para outros interessados, internos e externos (FERNANDES, 2015).

A Contabilidade Ambiental surgiu em 1970, quando as empresas passaram a dar um pouco mais de atenção aos problemas do meio ambiente. Contabilidade Ambiental e a contabilização dos benefícios e prejuízos que os desenvolvimentos de um produto, ou serviços, pode trazer ao meio ambiente. E um conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente (KRAEMER, 2014).

Com o desenvolvimento da tecnologia, as organizações, através de suas atividades de exploração dos recursos naturais, estão comprometendo o padrão de vida da sociedade, causando diversos problemas a população devido aos impactos no meio ambiente. Tais problemas originam-se de que maneira os recursos naturais são consumidos, e na relação de quais são os efetivos benefícios desses consumos (SANTOS; SOUZA, 2014).

A contabilidade ambiental supre então a necessidade das indústrias e da sociedade, pois demonstra monetariamente os processos de preservação ou de destruição das organizações em relação ao meio ambiente. Avaliando quantitativamente todas as ações desenvolvidas pelas organizações nesse processo, essa modalidade contábil pode dar suporte à contabilidade financeira e à contabilidade gerencial como ferramenta para a tomada de decisões internas (YAMAGUCHI; SORATTO; MARIOT, 2014).

Portanto, é o elo da contabilidade que registra os bens, direitos e obrigações ambientais de uma entidade, com objetivo de informar aos usuários, tanto interno quanto externo, as alterações desse patrimônio (FREITAG et al., 2016).

O impacto ambiental nada mais é que as alterações causadas no meio ambiente por determinada ação as quais podem provocar desequilíbrios no meio. É preciso, então, quantificá-las e qualificá-las para saber quais as variações provocadas. Também pode ser entendido como qualquer ação causada pelo ser humano para a obtenção de algo, a qual afete o poder constitutivo do ambiente e a estabilidade existente no ciclo ecológico, podendo ainda atingir a capacidade de absorção desse ambiente, fragilizando-o ou fortalecendo-o (ANTONOVZ, 2014).

Por se tratar de eventos que causam danos ao meio ambiente, principalmente em longo prazo, e indispensável para a contabilidade mensurar os gastos ou despesas por parte da entidade, mostrando principalmente que a empresa se preocupa com os danos que ela irá causar ou causou ao meio ambiente (ARAÚJO et al., 2017).

Há benefícios da contabilidade ambiental tanto para as indústrias quanto para a sociedade. Benefícios possíveis a Indústria: identifica e reduz os custos; controla o uso do fluxo de energia e dos materiais; dá informações mais exatas. Benefícios possíveis a sociedade: permitir o uso mais competente de recursos naturais; reduz os custos relacionados a poluição da indústria; fornecer informação para a tomada de decisão; fornecer informação ambiental industrial da atuação (OLIVEIRA et al., 2016).

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Os assuntos ambientais estão crescendo em importância para a comunidade de negócios, em termos de responsabilidade social do consumidor, desenvolvimento

de produtos passivos legais. É crescente a demanda por informações e exigências de regulamentação para o meio ambiente, sendo imprescindível que o contador desempenhe um papel fundamental na modernização e internacionalização de nossa economia não restringindo apenas em cuidar de contas e sim sendo um conselheiro nas administrações de companhias para ter grande êxito em assunto social e tributário, operativo e ambiental (SANTOS; SOUZA, 2014).

Devido a conscientização, parte da sociedade vem cobrando das empresas, políticas de controle e preservação dos recursos ambientais, considerando que o patrimônio ambiental é finito e pertence às gerações futuras. Em contrapartida as organizações sentiram a necessidade de novos instrumentos, que possibilitem, trabalhar com dados ambientais. Com base nessa necessidade, a contabilidade ambiental se apresenta como ferramenta para o controle dos recursos naturais, consumidos no processo produtivo das empresas, recursos esses que pertencem a todos. O desenvolvimento da sociedade demandou produtos industrializados, e para a produção desses, fez-se necessária a criação de novas máquinas, e equipamentos, concomitante a esse processo, ocorreu o aumento da extração de matérias primas diversas (FREITAG et al., 2016).

O comprometimento com a transparência e a responsabilidade socioambiental, tendo em vista a crescente necessidade das empresas em demonstrar a preocupação em controlar os gastos com a manutenção da biodiversidade e com o consumo responsável evitando todo o tipo de desperdício e degradação, tem amparo em uma contabilidade apropriada para os registros e evidenciação, devidamente estabelecidos pela Gestão Ambiental (GA). Nesse contexto, a evidenciação da informação contábil torna-se de relevante importância para informar à sociedade e a todos os demais interessados sobre a forma de gestão dos recursos sob a responsabilidade das empresas e sobre o grau de conscientização destas quanto à necessidade uso racional dos recursos naturais (FREITAS; OLEIRO, 2011).

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Como as empresas ganhadoras do prêmio de transparência 2018 da ANEFAC estão identificando e reconhecendo seus passivos e custos ambientais?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Identificar como as empresas ganhadoras do prêmio de transparência 2018 evidenciam nas Demonstrações Contábeis seus passivos e custos ambientais?

1.3.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o referencial teórico e bibliográfico referente a Contabilidade Ambiental;
- Realizar pesquisa documental das ganhadoras do prêmio de transparência ANEFAC 2018;
- Descrever como as empresas ganhadoras de 2018 do prêmio de transparência ANEFAC evidenciam as informações sobre passivos e custos ambientais.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo é apresentada informações referentes a contextualização do estudo, tema e questão de pesquisa, seu objetivo geral e específicos, bem como a estrutura do estudo.

No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico de contabilidade ambiental e seus principais tópicos: ativo ambiental, ganhos e perdas passivo e custos ambientais.

No terceiro capítulo apresenta-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo, descrevendo os métodos utilizados que proporcionaram as informações ao projeto de pesquisa.

Para o quarto capítulo, é apresentado o desenvolvimento do estudo de caso aplicado nas doze empresas ganhadoras do Prêmio de Transparência 2018.

Ao final, no quinto capítulo, é apresentada as conclusões geradas a partir do estudo realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Nos últimos anos, as discussões sobre qual a melhor forma para que as organizações conciliem seus processos produtivos com questões ambientais têm aumentado consideravelmente, existindo grande conscientização por parte dessas organizações de que a preservação do meio ambiente é fator determinante para a continuidade e sobrevivência organizacional (YAMAGUCHI; SORATTO; MARIOT, 2014).

Ela registra e controla os dados correspondentes às ações da empresa que afetam o meio ambiente, mensurando o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais). Sua finalidade é fornecer informações aos usuários externos e internos sobre os eventos que causam alterações no patrimônio (SOUZA et al., 2015).

Com base nessa necessidade, a contabilidade ambiental se apresenta como ferramenta para o controle dos recursos naturais, consumidos no processo produtivo das empresas, recursos esses que pertencem a todos. O desenvolvimento da sociedade demandou produtos industrializados, e para a produção desses, fez-se necessária a criação de novas máquinas, e equipamentos, concomitante a esse processo, ocorreu o aumento da extração de matérias primas diversas (FREITAG et al., 2016).

De modo sintetizado a contabilidade ambiental nacional é referente à todas as atividades realizadas no país que causam impactos ambientais apresentando um determinado resultado econômico e utilizado como uma excelente ferramenta de planejamento e gestão dos recursos naturais utilizados, essas informações geram relatórios de interesse para os usuários de preferência os externos (OLIVEIRA; AMORIN, 2018).

2.1.1 BALANÇO SÓCIO AMBIENTAL

A preocupação voltada para a gestão ambiental deixou de ser pauta apenas dos profissionais da área de meio ambiente e órgãos não governamentais tornando-

se cada vez mais importante para os gestores empresariais (CAVALCANTI; FERNANDES, 2015).

O balanço Socioambiental surgiu para satisfazer as necessidades de informações e para aperfeiçoar a execução das atividades. Os gestores expressam suas informações por meio desses relatórios contábeis para a sociedade, pois ela tem o direito do conhecimento no que se passa em uma empresa, visto que empresa pública também deve prestar contas à sociedade. O Balanço Social é de bastante importância, pois nele existe uma melhor transparência das informações (OLIVEIRA et al., 2016).

Além disso Oliveira et al. (2016) cita que os indicadores ambientais são demonstrados os investimentos da empresa para abrandar ou compensar seus impactos ambientais e também aqueles que têm o foco de melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental.

2.1.2 Ativos Ambientais

Ativos ambientais são bens adquiridos pela companhia que tem como finalidade o controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Se os gastos ambientais podem ser enquadrados nos critérios de reconhecimento de um Ativo, devem ser reconhecidos como tais. Os benefícios podem vir através do aumento da capacidade ou melhora da eficiência ou da segurança de outros Ativos pertencentes a empresa, da redução ou prevenção da contaminação ambiental que deveria ocorrer como resultado de operações futuras ou, ainda, através de conservação do meio ambiente (TINOCO; KRAEMER, 2011).

São considerados todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo. O capital circulante (capital de giro) é o montante aplicado para a realização da atividade econômica da empresa, sendo composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis a curto e longo prazo. Exemplos de ativos ambientais que se enquadram neste grupo: a) na conta disponibilidades, podem ser contabilizados os valores referentes a recebimentos oriundos de uma receita ambiental; b) nos ativos realizáveis a curto e longo prazo, podem ser lançados os direitos originários de uma receita ambiental e os estoques, quando relacionados

com insumos do sistema de gerenciamento ambiental ou com produtos reaproveitados do processo operacional (BRUMATI, 2015).

No capital fixo, as contas ambientais podem ser divididas em: a) Investimentos: participação societária em empresas ecologicamente responsáveis; b) Imobilizado: bens destinados à manutenção do gerenciamento ambiental, por exemplo, filtros de ar, equipamentos da estação de tratamento de efluentes, etc.; c) Diferido: gastos em desenvolvimento de tecnologia “limpa” de produção que beneficiarão exercícios futuros, como, por exemplo, os gastos de implantação do Sistema de Gestão Ambiental para a certificação ISO 14001. Para completar o grupo do ativo, vale destacar, também, o ativo ambiental intangível, que são bens ou direitos incorpóreos de difícil mensuração. Como exemplo, pode-se citar a certificação ISO 14001, que trará valorização da imagem e marca das empresas (BRUMATI, 2015).

No ativo ambiental, temos o imobilizado, que são bens destinados à manutenção do gerenciamento ambiental, tais como sistemas de controle de resíduos, filtros de ar, instalações e equipamentos da estação de tratamento de efluentes, entre outros (SANTOS; SOUZA, 2014).

Na Contabilidade Ambiental, os ativos são diferentes entre uma empresa e outra. Pode ser representada através de estoques de acessórios, peças e insumos utilizados em processos de redução ou eliminação da poluição, bem como por investimentos realizados pela empresa em pesquisas e aprimoramento de tecnologias com foco no controle ambiental, processo, proteção e conservação do meio ambiente (SOUZA et al., 2015).

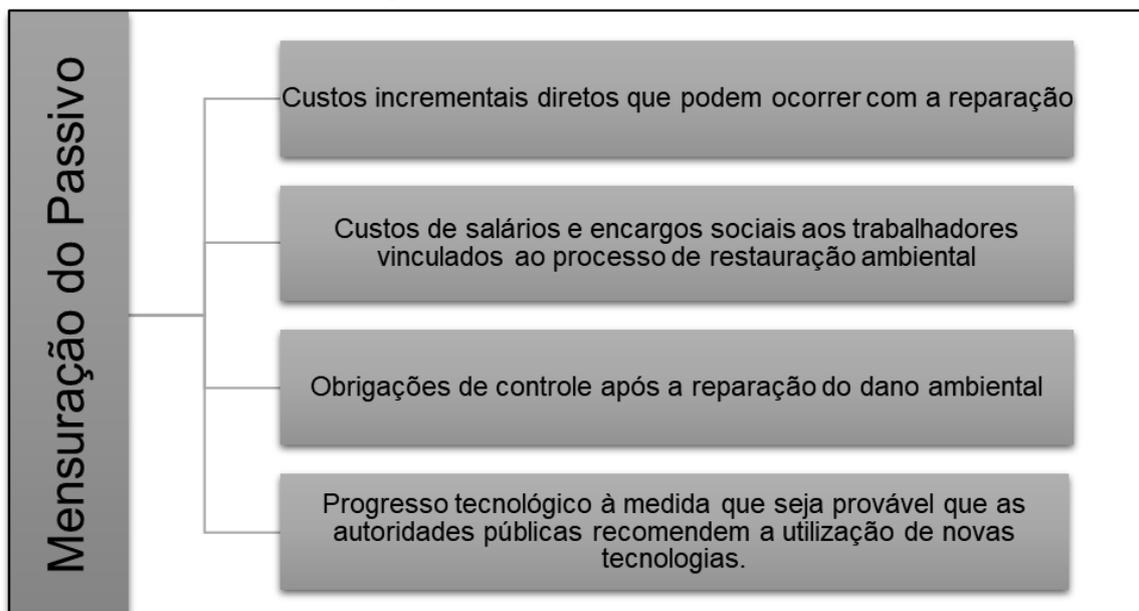
2.1.3 Passivos Ambientais

Passivo é formado por obrigações a pagar a terceiros e no caso do passivo ambiental são todas as obrigações contraídas de forma voluntária ou involuntária, que exigirão em um momento futuro entrega de ativos, prestação de serviços ou sacrifícios de benefícios econômicos, em decorrência de transações ou operações, passadas ou presentes, que envolveram instituição como meio ambiente e que acarretaram algum tipo de dano ambiental (SILVA, 2009).

Para as empresas o passivo ambiental simula risco financeiro, além de custos para manutenção, e a diminuição do patrimônio líquido de forma que, empresas que possuem um passivo ambiental muito elevado acabam perdendo valor no mercado e lucratividade (OLIVEIRA et al., 2016).

O passivo ambiental deve ser reconhecido nos relatórios financeiros se é de ocorrência provável e pode ser razoavelmente estimado, existindo vários padrões de contingências que devem ser usadas para caracterizar o que seria um evento de ocorrência provável. Se existirem dificuldades para estimar seu valor, deverá ser provisionado um valor estimado, registrando-se os detalhes dessa estimativa em notas explicativas (TINOCO; KRAEMER, 2011). Na mensuração do passivo deve-se levar em consideração o apresentado na Figura 1:

Figura 1 – Mensuração do Passivo



Fonte: Adaptado de Tinoco e Kramer (2011).

Para as empresas, o passivo ambiental representa risco financeiro, porque a empresa gasta com esses passivos fazendo com que reduza o seu patrimônio líquido, além de custos para manutenção, empresas que possuem um passivo ambiental muito alto acabam perdendo valor no mercado e lucratividade (BRUMATI, 2015).

O Passivo ambiental é reconhecido quando ocorre o fato gerador, gerando uma obrigação por parte da empresa que ocasionou esse passivo, adquirindo assim, o dever de reparar o dano causado ao meio ambiente. Esse detrimento ambiental

precisa ser mensurado, porém quando o assunto é o meio ambiente, essa mensuração é difícil, pois são bens e direitos da sociedade, e muitas vezes seus impactos são sentidos após longos períodos (ARAÚJO et al., 2017).

2.1.4 Receitas Ambientais

As receitas ambientais originam-se de recursos provenientes da venda de produtos reciclados ou comercializados como matéria-prima para outras atividades, que podem ser reutilizados no processo produtivo da própria entidade (SOUZA et al., 2015).

A Receita constitui um retorno de valores, uma recuperação de investimentos, renda originada por um bem patrimonial, comprovando a parte positiva nos demonstrativos de resultados (OLIVEIRA et al., 2016).

As receitas ambientais decorrem de: prestação de serviços especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matérias-primas; redução do consumo de energia; redução do consumo de água; participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente. Deve-se considerar também o ganho de mercado que a empresa passa a auferir a partir do momento em que a opinião pública reconhecer sua quanto a sua política preservacionista e der preferência a seus produtos (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Já para Veronese et al., (2015), a geração de receitas é o propósito de toda empresa com fins lucrativos, sendo considerado fator essencial para sua sobrevivência, já a contabilidade ambiental não tem por objetivo principal de gerar receitas, e sim desenvolver políticas que resolvam os problemas ambientais, contudo isso não impede que a empresa obtenha proveito econômico.

2.1.5 Despesas Ambientais

Despesa ambiental é o gasto geral relacionado ao meio ambiente que não está diretamente ligado ao processo produtivo da empresa (SOUZA et al., 2015).

Para Mello et al., (2014) as despesas ambientais não estão relacionadas a atividades produtivas, são gastos efetuados pela empresa que tem relação com o

meio ambiente (ex: políticas internas de preservação, salários pagos ao pessoal na área de preservação, aquisição de equipamento que visam a preservação do meio ambiente, projetos, investigações, desenvolvimento de tecnologias mais limpas, auditoria ambiental).

As despesas ambientais dividem-se em despesas operacionais e despesas não operacionais. As operacionais são a depreciação de equipamentos, pessoal envolvido na produção, descontaminação entre outros, e devem ser evidenciadas na demonstração do resultado do exercício, enquanto as não operacionais são as que transcorrem fora da atividade principal da empresa como: multas, sanções e compensações de terceiros (OLIVEIRA et al., 2016).

Já Ribeiro (2010) considera como despesas ambientais todo gasto envolvido com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa. Qualquer empresa necessita dos serviços de um departamento de recursos humanos, ou de compras, financeiro, de recepção e almoxarifado, e essas áreas desenvolvem atividades inerentes a proteção de meio ambiente. Tais despesas podem conter gastos relativos a horas trabalhadas e insumos absorvidos no processo.

2.1.6 Custos Ambientais

Para a ONU, os custos ambientais compreendem os gastos realizados para gerenciar os impactos das atividades das empresas neste setor, de forma ambientalmente responsável, além de outros gastos com o mesmo objetivo. A mesma também ressalta que os limites dos custos não são estáticos. Legislações e novas metodologias de mensuração podem obrigar as empresas a empreender medidas específicas, para as quais não havia, anteriormente, qualquer exigência (RIBEIRO, 2010).

Segundo Tinoco e Kraemer (2011) a Figura 2 explica as classificações de custos ambientais:

Figura 2 – Classificação de custos ambientais

Custos Externos	• Custos que pode incorrer como resultado da produção ou existência da empresa.
Custos Internos	• São os custos que estão relacionados diretamente com a linha de frente da empresa.
Custos Diretos	• Podem ser apropriados para um bem, tipo de contaminação ou programa de prevenção de contaminação particular.
Custos Indiretos	• São os que não tem vínculo causal direto com o processo e a gestão ambiental.
Custos Contingentes	• São, de maneira geral, potenciais custos internos futuros, que podem impactar nas operações efetivas da empresa.
Custos Potencialmente Ocultos	• São os ligados a todas as atividades necessárias para que a empresa se mantenha em conformidade com as leis e outras políticas ambientais inerentes a própria organização.
Custos Com Contigências	• São os gastos que podem ou não ocorrer devido a futuros custos de regulamentos, multas e penalidades, gastos com recuperações de recursos naturais danificados.
Custo de Imagem e Relacionamento	• Envolve a percepção e o relacionamento que os acionistas, comunidade e governo desenvolvem com a companhia.

Fonte: Adaptado de Tinoco e Kramer (2011).

Custos está relacionado com a atividade produtiva da empresa, e o valor é embutido aos bens e serviços (ex: o produto produz algum tipo de resíduo o tratamento o fim que vai ser dado ao residual é classificado como custo ambiental. Outro exemplo: à empresa produz um produto que solta fumaça poluente, o tratamento que será feito para controlar essa fumaça é classificada como custo por que está ligada a produção) (MELLO et al., 2014).

2.1.7 Perdas Ambientais

Esse tipo de conta será analisado com base em uma definição bastante simples: as perdas refletem os gastos incorridos sem uma contrapartida em benefícios. A classificação segue as mesmas regras da contabilidade ambiental. Outro aspecto muito comum à natureza dessas contas é sua imprevisibilidade. Porém, para que sua identificação fique mais compreensível (ANTONOVZ, 2014).

Carvalho (2012) apresenta como exemplo de perdas a chuva ácida, que pode ter contaminado um lago, o qual é utilizado para irrigar plantações de arroz de uma empresa, tendo o gasto necessário para recuperar esse dano ambiental classificado como perda por seu caráter não previsível.

Para (RIBEIRO, 2010) as perdas refletem os gastos incorridos sem uma contrapartida em benefícios. Portanto, perdas ambientais são gastos que não proporcionam benefícios para a empresa.

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa se descreve como a relação entre os tomadores de decisões da empresa, como por exemplo, os administradores e proprietários, conselhos administrativos e fiscais, suas partes interessadas, reunindo-se em debates no qual se discute a melhor forma pela qual a empresa irá buscar seus objetivos já definidos, podendo ser relacionada a linha de pensamentos e ideias escolhidos para nortear a empresa em direção a uma melhoria de qualidade da gestão empresarial, desempenhando ações relacionadas a liderança, a estratégia e a política empresarial (OLIVEIRA; AMORIN, 2018).

A Governança Corporativa é regida por quatro princípios básicos: o primeiro princípio refere-se à Transparência. Para diminuir o problema da assimetria da informação, esse princípio consiste em disponibilizar para todas as partes interessadas as informações desejadas, que não se limitem apenas a disposições legais, ao desempenho econômico-financeiro, abrangendo também todos os fatores que conduzem a ação gerencial (VIDAL; RODRIGUES, 2018).

Já no Brasil, a Governança Corporativa surge nos anos 90 desmistificando a ideia de que era apenas um mero comportamento a qual os administradores estariam sujeitos. Com o intuito de coibir determinados atos, sem o voto dos acionistas minoritários, as boas práticas de Governança têm por objetivo manter um bom relacionamento entre os acionistas, dando voz aos minoritários. Tais conflitos imbuíram os fundos de investimento do país a modificarem suas políticas, focando suas ações em atuações mais ativas de seus acionistas com a finalidade de obter mais lucros a longo prazo (VIDAL; RODRIGUES, 2018).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC (2019) define como princípio básico de governança corporativa a Transparência que consiste no desejo

de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos e também não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores que norteiam a ação gerencial e que conduzem a preservação e a otimização do valor da organização.

2.2.1 Balanço Social

O Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. Possui quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral (ILUDÍCIBUS et al. 2000, p. 31).

Segundo Ludícibus e Marion (2001) o Balanço Social é um relatório que contém dados que permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, bem como a sua relação com os empregados, os retornos que os mesmos recebem da entidade e as possibilidades de desenvolvimento pessoal. Também demonstra sua forma de interação com a comunidade e o meio ambiente.

Diante disso, Brondani *et al.* (2004) ressaltam que, a princípio, o objetivo do balanço social é tornar públicas todas as ações da organização, visando avaliar o desempenho das entidades, sejam elas com ou sem fins lucrativos, de modo que venha ou possa influenciar o meio ambiente, ressaltando que os custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos no momento de sua ocorrência, em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade.

No Brasil, o primeiro Balanço Social foi elaborado em 1984, na Bahia. Atualmente o Balanço Social não é uma demonstração obrigatória no Brasil, no entanto, a preocupação com os aspectos socioambientais crescem vertiginosamente no meio empresarial. As organizações, por conta disso, procuram demonstrar e divulgar ações ou projetos sociais e ambientais (NOVAES; SOUZA, 2018).

Segundo Pfitscher (2009), apesar da existência de três modelos de Balanço social no Brasil, IBASE, GRI e Instituto ETHOS, várias entidades preferem criar modelos próprios, definidos dentro de estratégias de comunicação. Algumas misturam os modelos com o objetivo de melhorar a elaboração das informações.

2.2.2 Relatório de Sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável consiste em atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações, isto é, produzir hoje sem comprometer ou inviabilizar o futuro da sociedade e das organizações. Isso passa forçosamente pela questão ambiental, além das dimensões tecnológicas, econômicas, culturais e políticas, exigindo a participação de toda a sociedade mundial. (CERQUEIRA, 2012, p. 102)

O relatório de sustentabilidade é um relatório publicado por uma empresa ou organização sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais causados por suas atividades diárias. Um relatório de sustentabilidade também apresenta os valores e o modelo de governança da organização e demonstra a ligação entre sua estratégia e seu compromisso com uma economia global sustentável. Também podem ajudar as organizações a medir, entender e comunicar seu desempenho econômico, ambiental, social e de governança, definir metas e gerenciar as mudanças com mais eficiência. Um relatório de sustentabilidade é a plataforma principal para comunicar o desempenho e os impactos da sustentabilidade, positivos ou negativos. (GRI, 2019)

Para auxiliar na padronização das informações a serem apresentadas pelas diversas entidades a fim de que as informações possam ser verificadas e comparadas a GRI elaborou uma série de diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. A Global Reporting Initiative ou Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios (GRI), surgiu em 1997 através de um acordo internacional representado por várias ONG's, sendo que se pode atribuir as ideias iniciais ao Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES) em cooperação com a United Nations Environment Programme (UNEP) ou Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). (FERREIRA et al., 2006)

2.2.3 Transparência Corporativa

Uma empresa que adota a transparência em suas operações, diante de uma nova regulamentação no seu mercado, busca comunicar aos seus clientes, acionistas, fornecedores e funcionários quais serão suas ações com relação às novas necessidades da companhia diante da regulamentação. Uma empresa com baixa transparência não teria este cuidado de notificar seus participantes

interessados, tomando decisões de forma unilateral e furtiva. O conceito de transparência corporativa é muito abrangente e existem divergências sobre seu escopo. Isso dificulta muito a implantação de uma política nacional ou mundial de padrões uniformes para transparência corporativa, apesar de uma série de iniciativas neste sentido. Questões como preços dos produtos, estratégias, contratações, critérios para venda, critérios para escolha de fornecedores, são áreas de atuação das boas práticas de transparência corporativa (FERNANDES, 2015).

A comunicação corporativa nas empresas atualmente passa por diversas transformações, e as pessoas passam a ter mais acesso às informações de qualquer tipo ou gênero. Em função disso, elas buscam novas alternativas em como se comunicar com os seus stakeholders de uma maneira segura, sem que essas informações sejam divulgadas em momentos inoportunos (NOSE et al., 2017).

Por isso a escolha destas empresas premiadas pelo Troféu Transparência é justificada por se tratar de companhias que apresentam informações com grande qualidade, atendendo aos requisitos e normas contábeis vigentes (PINHEIRO; BOSCOV, 2015).

Segundo o site transparenciacorporativa.org, o combate à corrupção está na pauta global. Agir de maneira proativa é condição básica para ser uma empresa competitiva e para ter credibilidade perante todos os seus públicos. Vivemos um momento de ajuste, que deve abrir caminho para uma nova fase de desenvolvimento econômico mais sustentável, na qual transparência e ética são grandes diferenciais.

2.2.4 Troféu Prêmio de Transparência 2018

O Troféu de Transparência ANEFAC – Prêmio ANEFAC - FIPECAFI – SERASA EXPERIAN, foi criado em 1997, com o objetivo de reconhecer e homenagear as companhias que possuem as melhores práticas de transparência em informações contábeis, publicadas ao mercado por meio de suas demonstrações financeiras. Álvaro Ricardino, foi o idealizador da premiação, que incentiva a transparência corporativa no mercado e conta com a avaliação técnica da FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras) e o incentivo da Serasa Experian (ANEFAC, 2019).

Segundo o IBRACON, um dos diferenciais do Prêmio, considerado o “Oscar da Contabilidade”, é que não existe inscrição. A regra é seguir as melhores práticas contábeis, num esforço para apresentar o conjunto de informações mais objetivas para o mercado.

Sendo a única premiação da categoria no Brasil, as ganhadoras são contempladas após análise de mais de duas mil demonstrações financeiras. Entre os critérios para chegar às ganhadoras estão: a qualidade e o grau das informações contidas nas demonstrações e notas explicativas, a transparência das informações prestadas, a qualidade e consistência do relatório de administração e a aderência aos princípios contábeis, no exercício do ano anterior à premiação. A seleção é dividida em duas categorias: companhias com receita líquida acima de R\$ 5 bilhões e com receita líquida até R\$ 5 bilhões. Para concorrer ao Prêmio não há inscrição. A regra é seguir as melhores práticas contábeis, num esforço para apresentar o conjunto de informações mais objetivas para o mercado (ANEFAC, 2019).

Em 2018, a 22ª edição do Prêmio acontece na época em que a ANEFAC completa 50 anos de história e, em reforço a essa data, a entidade enfatiza seu pleito pela igualdade de obrigações de transparência e prestação de contas entre setor público e privado, elevando a transparência a um outro patamar (ANEFAC, 2019).

O mundo e o Brasil passam por um momento diferenciado, repleto de desafios, quando uma onda global clama por uma sociedade mais transparente. Os escândalos de corrupção são um chamariz para a necessidade de implementação de ferramentas que garantam a transparência e a integridade nas relações em todas as esferas (ANEFAC, 2019).

Diante desse cenário, a companhia que está ligada a bandeira da transparência, destaca-se com relevância no mercado, reforçando ainda mais o Prêmio Troféu Transparência ANEFAC como indicador valioso para aqueles que acreditam na ética como o caminho para o desenvolvimento sustentável do país (ANEFAC, 2019).

2.2.5 Regulamento Para a Premiação

Visando estimular o desenvolvimento da Transparência nas companhias, a ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e

Contabilidade) instituiu o Troféu Transparência – Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN. O Prêmio é realizado pela ANEFAC com análise técnica da FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras e patrocínio da Serasa Experian (ANEFAC, 2019).

Não há inscrições, concorrem ao Troféu Transparência – Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN - todas as companhias, ou seja, as Sociedades Anônimas, de capital aberto ou não, sediadas em território nacional, que publicam suas demonstrações financeiras, com atuação nas áreas de comércio, indústria e serviços - exceto serviços financeiros são candidatas (ANEFAC, 2019).

As demonstrações financeiras utilizadas para avaliação são aquelas publicadas, conforme determina a Lei das S.A. e conforme a Figura 3 deverão conter as seguintes informações:

Figura 3 – Demonstrações financeiras utilizadas para avaliação

Balço patrimonial
Demonstração do resultado do exercício
Demonstração do resultado agregado
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstração dos fluxos de caixa
Notas explicativas
Demonstrações comparativas
Relatório da Administração
Relatório dos auditores independentes

Fonte: Adaptado de ANEFAC (2019).

O Troféu Transparência - Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN - será concedido em duas categorias: Companhias com Receita Líquida acima de R\$ 5 bilhões e Companhias com Receita Líquida até R\$ 5 bilhões (ANEFAC, 2019).

O Prêmio não leva em consideração os resultados e a situação econômico-financeira das companhias, os quais não interferem no processo de seleção, mas sim a transparência e a clareza das informações prestadas pelas companhias ao mercado, que geram valor agregado ao negócio. O Prêmio não avalia a gestão das companhias, mas a qualidade das demonstrações financeiras apresentadas (ANEFAC, 2019).

A demonstração financeira, analisada pela comissão julgadora, é aquela correspondente ao ano em que a premiação acontece, não sendo avaliadas as demonstrações dos anos anteriores daquela companhia (ANEFAC, 2019).

Para ser selecionada a receber o Troféu Transparência - Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN serão analisados os critérios segundo a Figura 4:

Figura 4 – Critérios de premiação do Troféu Transparência



Fonte: ANEFAC (2019).

São selecionadas as ganhadoras divididas em duas categorias, na quantidade máxima de 25 empresas selecionadas.

2.2.6 Julgamento e Premiação

Na primeira fase, os alunos do curso de Mestrado e Doutorado em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP, orientados por professores da Universidade de São Paulo (USP), analisam as demonstrações financeiras, avaliando os quesitos técnicos preestabelecidos, para que sejam consideradas transparentes (ANEFAC, 2019).

Em ambiente acadêmico, sob supervisão, os alunos avaliam as demonstrações financeiras e indicam as que atendem aos pré-requisitos do Prêmio, justificando suas escolhas; da mesma forma, indicam as demonstrações que devem ser eliminadas com as devidas argumentações. Essa avaliação é realizada em diversas etapas, até chegar à seleção das companhias indicadas como candidatas a vencedoras do Troféu Transparência (ANEFAC, 2019).

Dentre as companhias indicadas ao Prêmio, a Comissão Julgadora fará a escolha das ganhadoras do Troféu Transparência, divididas nas 2 (duas) categorias e na fase final, compreende a eleição de um destaque em cada categoria, cujos nomes são divulgados somente na cerimônia de entrega do Troféu Transparência.

A comissão julgadora do Troféu Transparência é formada por experts na área contábil, são eles: Ariovaldo dos Santos, Eliseu Martins, Bruno Salotti, Pedro Lucio Siqueira Farah, Sérgio de Ludícibus (ANEFAC, 2019).

Ao receber da comissão julgadora o nome das ganhadoras, a ANEFAC envia um comunicado as companhias, que, em seguida receberão um certificado concedendo o Troféu Transparência daquele ano. Já o Troféu é entregue a cada uma das companhias ganhadoras durante uma cerimônia, realizada em São Paulo, em data a ser definida pela ANEFAC. Na ocasião da premiação, será entregue um troféu para o representante da empresa e outro para o contador que assinou o balanço (ANEFAC, 2019).

3 METODOLOGIA

O objetivo desse capítulo é descrever a metodologia adotada para a elaboração e desenvolvimento do estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Segundo Gil (2002) o delineamento da pesquisa refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas. Como o delineamento expressa em linhas gerais o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, torna-se possível, na prática, classificar às pesquisas segundo o seu delineamento.

Em relação aos procedimentos técnicos, podemos classificar a pesquisa como sendo bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica “é aquela realizada em livros, revistas, jornais, etc. Ela é básica, para qualquer tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma” (COSTA E COSTA, 2017, p. 35). Já a pesquisa documental consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares (KRIPKA et al., 2015). Desta forma, será relacionada as doze empresas ganhadoras do Troféu Transparência - Prêmio ANEFAC- FIPECAFI-SERASA EXPERIAN afim de aplicar de forma pratica os conceitos teóricos levantado através da pesquisa bibliográfica e documental.

Quanto a forma de abordagem do problema, apresenta uma abordagem qualitativa pois volta-se para a observação do pesquisador que foca-se no caráter subjetivo do objeto de estudo. Este método não representa respostas objetivas, mais sim, toma como base a compreensão das particularidades, das experiências individuais e entender o porquê dos acontecimentos que envolvem o tema de estudo (YIN, 2015). A pesquisa qualitativa enquadra-se nesse estudo, pois iremos realizar um estudo nas empresas ganhadoras do prêmio de transparência de 2018 por meio das demonstrações apresentadas, gerando informações sobre as formas de

evidenciações do passivos e custos ambientais nas empresas estudadas.

Referente aos objetivos específicos, a pesquisa será definida como descritiva pois conforme GIL (2008) a pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever o objeto de estudo, as suas características e os problemas relacionados, apresentando com a máxima exatidão possível os fatos e fenômenos. Diante disso a pesquisa será descritiva pois tem o objetivo de descrever as características e como são evidenciadas as informações relacionadas a atividades ambientais nas doze empresas estudadas.

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para o presente estudo, a coleta de dados foi dividida nas seguintes etapas:

- 1) pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto a ser estudado;
- 2) levantamento das informações contábeis publicadas pelas empresas estudadas;
- 3) análise das informações;
- 4) emitir conclusão a partir das informações analisadas;
- 5) sugestões para próximos estudos sobre o assunto estudado

4 ESTUDO DE CASO

A população do presente estudo é formada por doze companhias ganhadoras do prêmio de transparência ANEFAC 2018. Foram premiadas as companhias na categoria de Receita Líquida de até R\$ 5 Bilhões.

4.1 ALGAR

Foi fundada em 1954 por Alexandrino Garcia com o nome de CTBC, com o propósito de facilitar a comunicação dos moradores de regiões consideradas remotas naquela época. A companhia adquiriu várias concessões municipais naquela época. Durante a década de 1970 foi mantido o controle privado, em um período em que o comando da maioria das operadoras de serviços de telefonia é tomado pelo governo brasileiro. E em 1980 ampliou seus serviços para o interior do Brasil.

A partir dos anos 2000 obtiveram a autorização para expandir seus serviços de telefonia fixa e dados para todo o país. Também começou a oferecer serviço de acesso à internet e de data center. Foi mudado a razão social de CTBC para Algar Telecom.

Em 2015, foi adquirido a Optimel, empresa de telecomunicações que abrange 237 cidades nos estados de PR, SC e RS. Já em 2018 é iniciada as operações do cabo submarino Monet, que liga Santos a Boca Raton (EUA).

4.1.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisada as Demonstrações Contábeis, verificou-se que não há evidenciação de Passivos Ambientais e nem Custos Ambientais. No relatório da administração encontra um capítulo sobre as conquistas e feitos alcançados pela empresa no ano de 2017, porém sem nem uma evidenciação de valores monetários.

Analisado o Balanço Social identificou-se que houve um gasto com Custo Ambiental no montante de R\$ 3.900.000,00, que representa 0,11% da Receita Líquida da empresa. O valor está evidenciado no Balanço Social no capítulo Gestão Ambientais com subtítulo Desempenhos Ambientais, onde reúne todas as informações relacionadas ao assunto.

Também no Balanço Social identificou-se os seguintes aspectos que contribuem nas questões de sustentabilidade:

- Redução dos impactos ambientais, de acordo com as prioridades estabelecidas pela Matriz de relevância, e diagnósticos de emissões de gases efeito estufa feitos pela companhia;
- Incentivo as ações em prol do meio ambiente em toda a rede de relacionamento, princípio denominado como Influência Sustentável;
- Conformidade das práticas, focadas na busca constante ao *compliance* e certificações relacionadas aos negócios da companhia.

Em 2017 passou a ser uma das empresas signatárias do Pacto Global da Organização das Nações Unidas no Brasil e uma das apoiadoras da Agenda 2030 e do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A agenda inclui 17 objetivos e 169 metas, nas quais nortearão ações em importantes assuntos. Em 2017, evidenciou no Balanço Social o valor de R\$ 3.900.000,00 gastos em proteção ambiental.

A Companhia possui o Instituto Algar, que é responsável pelos investimentos sociais de todas as empresas do Grupo. Em 2017, foi investido R\$ 10.300.000,00 em projetos educacionais, culturais e ambientais, sendo R\$ 2.800.000,00 provenientes de recursos diretos e R\$ 7.500.000,00 por meio de incentivos fiscais.

4.2 CESP

A CESP foi construída em 1966 pelo Governo do estado de São Paulo, mediante a fusão de 11 empresas elétricas paulistas. Até o fim dos anos 90, a Companhia era verticalmente integrada, atuando nas atividades de geração, transmissão e distribuição de eletricidade no estado. No fim dos anos 90, seus ativos foram reorganizados com o objetivo de atender ao Programa de Desestatização do Estado de São Paulo.

Em 10 de dezembro de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações entre, de um lado, a VTRM e a SF 92, na qualidade de compradoras e, de outro lado, o Estado de São Paulo e suas controladas que detinham ações da Companhia. Em 11 de dezembro de 2018, ocorreu a liquidação da Primeira Tranche de Ações do Leilão, por um valor atualizado de R\$ 1.721.438.655,49, correspondente a R\$ 14,78 por ação (“Preço de Aquisição”). Dessa forma, em 11 de

dezembro de 2018, foi verificada a efetiva transferência do controle acionário da Companhia para o Consórcio

A CESP possui três usinas hidrelétricas, sendo uma instalada no Rio Paraná – UHE Engenheiro Sergio Motta (Porto Primavera – 1.540 MW), outra no Rio Paraibuna – UHE Paraibuna (87 MW) e uma terceira no Rio Jaguari – UHE Jaguari (27,6 MW), totalizando 1.655 MW de capacidade instalada.

4.2.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisando as Demonstrações Contábeis verificou as seguintes informações evidenciadas:

- Depósitos judiciais referente a causas ambientais: R\$ 640.733.000,00
- Ações Ambientais em provisões para riscos legais: R\$ 1.005.115.000,00
- Ação ambientais totais: R\$ 2.175.444.000,00
- Obrigações socioambientais: R\$ 104.895.000,00
- Outras despesas: R\$ 26.845.000,00 (provisões compromissos socioambientais)

As informações acima listadas encontram-se lançadas no relatório da administração, nas Demonstrações Contábeis Balanço Contábil, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Analisado o Balanço Social identificou-se que houve um gasto com Custo Ambiental no montante de R\$ 28.403.000,00, que representa 1,90% da Receita Líquida da empresa. Essa informação está disponível no Balanço Social no capítulo chamado Dimensão Ambiental no quadro de desembolsos com o meio ambiente.

Esse montante gasto com o meio ambiente de R\$ 28.403.000,00 no ano de 2017 apresentando um aumento de mais de 53,79% comparado com 2016. Entre os gastos estão investimentos e gastos com recuperação ambiental no entorno dos reservatórios, com as unidades de serviços ambientais da companhia e a preservação de unidades de conservação. Também está na lista valores relacionados a licenciamentos ambientais, emancipação dos reassentamentos, gerenciamento de resíduos, gestão ambiental nas usinas, pesquisa e desenvolvimento em meio ambiente e fiscalizações de bordas de reservatórios.

4.3 DURATEX

Foi fundada em 1951 em São Paulo pelos empresários Eudoro Villela e Nivaldo Coimbra de Ulhoa Cintra e colaboração de Alfredo Egydio de Souza aranha. Juntos adquiriram equipamentos e maquinários da empresa sueca Desfibrator, em 31 de março foi fundada oficialmente a Duratex S.A. Industria e Comercio já como empresa de capital aberto.

Em 1999, passaram a enviar 57% do volume de exportação de chapas de fibra de madeira para os Estados Unidos. Já em 2000 ocorreu o aumento do cpaital por meio da emissão e distribuição de 3,6 bilhões de ações, o que resultou na captação de R\$ 190,80 milhões.

Nos anos de 2008, as ações passaram a interagir a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), compostas por empresas que se destacam pela responsabilidade ética e pela promoção do desenvolvimento sustentável.

Atualmente o grupo Duratex possui diversas marcas como Durafloor (pisos laminados e LVT), Deca (louças e metais sanitários), Hydra (produtos para aquecimento de água e válvulas), Duratex (painéis de madeira e revestimentos de paredes e forros) e Ceusa (revestimentos cerâmicos). Em 2019 anunciou a compra da Cecrisa fabricante e detentora da marca Portinari.

4.3.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisando as Demonstrações Contábeis verificou as seguintes informações evidenciadas: provisões ambientais para contingências R\$ 5.000.000,00. Essa informação foi evidenciada no Balanço Patrimonial e nas Notas explicativas em Passivo para Contingencias.

Analisado o Balanço Social identificou-se que não houve evidenciação de valores quando ao passivo e custos ambientais. Porém foi evidenciado no Balanço Social a receita Ambiental de R\$ 3.000.000,00 referente a melhorias nos processos industriais nas unidades de Metais em apenas um ano. Com as melhorias contínuas permitiram que deixassem de usar 15,3 toneladas de latão. Essa informação foi demonstrada no capítulo de Processos com o subtítulo de Materiais e Resíduos.

4.4 ENGIE

A ENGIE está presente no Brasil há mais de 20 anos, liderando a geração de energia elétrica no país e oferecendo serviços e soluções inovadoras aos seus clientes. É a maior produtora privada de energia elétrica do Brasil, com capacidade instalada própria de 10.211MW em 61 usinas, o que representa cerca de 6% da capacidade do país. A empresa possui quase 90% de sua capacidade instalada no país proveniente de fontes renováveis e com baixas emissões de gás de efeito estufa, como usinas hidrelétricas, eólicas, solares e biomassa.

Com a aquisição da TAG, a ENGIE é agora também detentora da mais extensa malha de transporte de gás natural do país, com 4.500 km que atravessam 10 estados e 194 municípios. Além disso, atua na comercialização de energia no mercado livre e está entre as maiores empresas em geração fotovoltaica distribuída. A empresa possui ainda um portfólio completo em soluções integradas responsáveis em reduzir custos e melhorar infraestruturas para empresas e cidades, como eficiência energética, monitoramento e gerenciamento de energia, gestão de contratos de fornecimento de eletricidade, iluminação pública, sistemas de HVAC, telecomunicação, segurança e mobilidade Urbana.

4.4.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisada as Demonstrações Contábeis, verificou-se evidenciação de provisões ambientais de R\$ 10.797.000,00. Também apresentou risco de perda ambiental de R\$ 53.000.000,00 em 2017. Essas informações foram evidenciadas nas notas explicativas.

Também demonstrou o valor de 700,5 relacionado a projetos de pesquisa e inovação com meio ambiente. Essa informação foi evidenciada no relatório da Administração.

Analisando o Balanço Social verificou a evidenciação de passivos e contingências ambientais no valor de R\$ 10.797.000,00. Também foi verificado outros custos e investimentos relacionados com a produção e projetos de educação, preservação e recuperação de ambientes degradados, programas de desenvolvimento tecnológicos e industrial somando com os passivos representam o montante de R\$ 32.142.000,00 em 2017.

No Balanço Social foi evidenciado também a Distribuição dos Investimentos em meio ambiente referente a investimentos em ações de preservação, manutenção e de compensação ambiental totalizando o valor de R\$ 32.142.000,00.

Foi evidenciado também o valor de R\$ 588.034,05 referente a investimentos de pesquisa e desenvolvimento. Esse lançamento foi relacionado na área dos projetos de P&D.

4.5 JSL

Foi criada em 1956 pelo empresário português Julio Simoes. Começou as suas atividades fazendo transportes de produtos hortifrutigranjeiros de Mogi das Cruzes para o Rio de Janeiro. Depois passou a fazer transportes de carga pesada, especializando-se neste segmento.

Em 2010 abriu o capital no Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa na B3. No ano de 2014 iniciou as operações da JSL Leasing e da homologação de fornecedores segundo os critérios socioambientais. Também assinou o compromisso com o Pacto Global da ONU e entra no ISE da B3.

Com um amplo portfólio de serviços de Logísticos do Brasil é líder em seu segmento de atuação operando em todo território nacional e em três países do Mercosul (Argentina, Chile e Uruguai). Atualmente é a maior transportadora de cargas do Brasil com mais de 230 filiais.

4.5.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisada as Demonstrações Contábeis, verificou-se que não há evidenciação de Passivos Ambientais e nem Custos Ambientais.

Analisado o Balanço Social identificou-se que não houve evidenciação de valores referente ao ano de 2017. No mesmo está descrito as condutas e diretrizes adotadas a fim de minimizar os impactos ambientais e contribuir para a conscientização sobre a sustentabilidade. Condutas essas como redução do consumo e resíduos, tais como o uso racional do combustível, a reciclagem de óleo lubrificantes e a realização de inventários de emissões.

Ações voltadas a eficiência energética como a substituição de lâmpadas de LED, utilização de combustíveis com baixo teor de enxofre, uso de defletores, treinamento de direção defensiva e condução econômica.

4.6 LOCALIZA RENT A CAR

A Companhia foi constituída em 1973, com uma pequena agencia no centro de Belo Horizonte, com seis fuscas usados e financiados. Já na década de 70 iniciou sua expansão abrindo sua primeira filial em Vitoria e pouco tempo depois estava presente no Rio de Janeiro, Salvador, São Luiz e Fortaleza.

Em 1984, com objetivo de expandir a rede iniciou suas atividades de franchising no Brasil, com o licenciamento das seis primeiras franqueadas. Já em 1992, com o objetivo de contornar as dificuldades do mercado interno e experimentar uma expansão internacional, iniciaram a as operações na América do Sul.

Em 2012 as ações passaram a compor a do índice Bovespa e está presente em 6 países da América do Sul. Já em 2014, foi adotado uma estratégia inovadora de implementação de transformação digital. Essa transformação trouxe modernidade as clientes de forma eficiente, ágil e objetiva nos negócios.

Nos anos de 2017 celebrou com a Hertz Corporation e algumas subsidiarias um contrato de compra e venda, por meio do qual a Localiza assumiu as operações brasileiras da Hertz. Esse movimento deu origem a marca Localiza Hertz, divisão de aluguel de carros.

4.6.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisada as Demonstrações Contábeis, verificou-se que não há evidenciação de Passivos Ambientais e nem Custos Ambientais.

Analisado o Balanço Social identificou-se que não houve evidenciação de valores referente ao ano de 2017. A companhia adota o programa Atitude Verde que tem como fundamentos uso eficiente da água, estrutura de gestão socioambiental, gerenciamento dos resíduos de manutenção dos carros, gestão de consumo e priorização de fontes renováveis de eletricidades, crescimento sustentável do negócio, fomento à cultura de sustentabilidade na cadeia de valor entre outros.

4.7 MAHLE

Iniciou suas atividades em 1920 em Stuttgart, Alemanha. Em 1950 tornou-se sócia da Metal Leve. Em 1996 o grupo Metal Leve foi adquirido pela Mahle. Já em 2017 o Grupo Mahle adquire a divisão de componentes para motor Dana, juntamente com as 39 unidades fabris em todo mundo.

Em 2008, inaugurou um novo centro de tecnologia no Brasil, localizado e em Jundiaí São Paulo, sendo considerado o mais moderno da América Latina. O novo centro de tecnologia possui laboratórios para suporte em P&D, bem como diversos banco de teste de motores. Localizado no meio da serra do Japi, o centro de tecnológico tem o selo verde mostrando grande responsabilidade em manter total equilíbrio com a natureza da região.

Em 2011 a Mahle Metal Leve adere ao segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa. E em 2014 foi inaugurado o novo centro de distribuição em Limeira, São Paulo.

4.7.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisada as Demonstrações Contábeis, verificou-se que a evidenciação de Passivos Ambientais no montante de R\$ 4.206.000,00. As provisões ambientais referem-se, substancialmente, a projeção dos gastos necessários para conservar áreas ambientais utilizadas pelo Grupo. Essa informação foi evidenciada nas Notas explicativas em provisões para contingências.

Analisado o Balanço Social identificou-se que não houve evidenciação de valores referente ao ano de 2017. Apenas demonstra as inciativas e ação que são tomadas na área de sustentabilidade como o consumo de água, energia, resíduos e efluentes.

4.8 MARCOPOLO

Fundada em 6 de agosto de 1949, a Marcopolo nasceu em Caxias do Sul – RS com o nome de Nicola & Cia Ltda. A empresa abriu suas portas com oitos sócios e quinze funcionários e foi uma das primeiras industrias brasileiras a fabricar carrocerias de ônibus. E em 1950 o aumento da produção tornou necessária a

transferência da para o bairro Planalto. Já em 1961 assinou seu primeiro contrato de exportação com uma empresa de transporte do Uruguai e posteriormente em 1980 foi inaugurada a unidade de Ana Rech.

O sucesso do ônibus Marcopolo fez com que os fundadores adotassem o nome do modelo em sua razão social em 1970. Nesse ano também foi assinado o primeiro contrato de transferência de tecnologia com a Ensamblaje Superior de C.A da Venezuela, tornando-se a primeira empresa da indústria automobilística brasileira a vender tecnologia no segmento de ônibus.

Atualmente, a Marcopolo é referência no desenvolvimento de soluções para o transporte coletivo nos cinco continentes. A marca se consolidou pela tradição de qualidade e inovação de seus produtos, concebidos para atender as necessidades dos clientes e as demandas dos mercados onde atua.

4.8.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisada as Demonstrações Contábeis, verificou-se que não há evidenciação de Passivos Ambientais e nem Custos Ambientais.

Referente ao Balanço Social, a Marcopolo não publica desde 2014. Porem sempre reforça seu compromisso em proteger o meio ambiente de forma sustentável e equilibrada, estabelecendo regras para minimizar os impactos das atividades em conformidades com as legislações aplicáveis. Permanece certificada nas normas internacionais de Gestão ISO 14001 – Meio Ambiente, ISO 9001 – Qualidade e OHSAS 18001 – Saúde e Segurança.

4.9 SANEPAR

Fundada na década de 1960, é hoje uma das maiores empresas em operação no Estado, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), sediada em Curitiba PR. É uma sociedade de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, e tem mais de 7 mil empregados.

A história da Companhia começa em 1853 com a criação do Bebedouro do Largo da Ordem, em Curitiba. E com passar dos anos inúmeras mudanças ocorreram em relação a tratamento de água e esgoto. Até que em 1964 foi alterada a denominação da antiga Agepar para Sanepar.

A Companhia é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico a 345 cidades paranaenses e a Porto União, em Santa Catarina, além de 297 localidades de menor porte. Disponibiliza mais de 54 mil quilômetros de tubulações utilizadas para a distribuição de água potável e mais de 35 mil quilômetros de rede coletora de esgoto. Na área de resíduos sólidos, a empresa opera aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procopio e Cianorte, atendendo no total sete municípios. Em 2017, foram tratadas 64 mil toneladas de resíduos, beneficiamento 290 mil pessoas.

4.9.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisada as Demonstrações Contábeis, verificou-se as seguintes evidenciação no ano de 2017:

- Proteção e Preservação Ambientais; 6.348.000,00 (notas explicativas – Imobilizado)
- Ações ambientais: R\$ 27.440.000,00 (Notas explicativas – Provisões)
- Passivos Contingentes: R\$ 268.120.000,00 (notas explicativas – passivos contingentes)
- Depósitos judiciais: R\$ 5.080.000,00 (notas explicativas – depósitos judiciais)
- Outras contas a pagar: R\$ 1.620.000,00 referente a um acordo com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP (notas explicativas – outras contas a pagar) e R\$ 85.462.000,00 referente a parcelamento IBAMA (notas explicativas – outras contas a pagar)
- Despesas comerciais: R\$ 28.517.000,00 referente ao Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (notas explicativas – despesas comerciais, administrativas e outras)
- Despesas administrativas R\$ 7.116.000,00 referente a Programas Sociais e Ambientais (notas explicativas – despesas comerciais, administrativas e outras)
- Outras despesas operacionais R\$ 55.911.000,00 referente a multas (notas explicativas – despesas comerciais, administrativas e outras)

A empresa demonstrou no relatório da administração, investimento no valor de R\$ 3.600.000,00 relacionados em proteção ambiental.

Analisado o Balanço Social identificou-se que houve evidenciação de R\$ 961.734.000,00 relacionados com as operações da empresa e o valor de 43.070.000,00 referente a programas e projetos externos. Também demonstrou investimentos em proteção ambientais totalizando o valor de 21.174.555 milhões. Entre esses investimentos estão educação socioambiental interno e externo, programa de revitalização de rios urbanos, projetos de sinalizações de mananciais, pesquisa e desenvolvimento, gestão de gases de efeito estufa, gestão de barragens e certificações ISO.

Também evidenciou o valor de R\$ 3.600.000,00 relacionado a Investimento em proteção ambiental. Essa informação foi relacionada no capítulo sobre Processos.

4.10 SLC AGRÍCOLA

A SLC Agrícola, fundada em 1977 pelo Grupo SLC, é uma das maiores produtoras mundiais de grãos e fibras, focada na produção de algodão, soja e milho. Foi uma das primeiras empresas do setor a ter ações negociadas em Bolsa de Valores no mundo, tornando-se uma referência no seu segmento. Com Matriz em Porto Alegre (RS), a Empresa possui 16 Unidades de Produção estrategicamente localizadas em 6 estados brasileiros que totalizaram 457.700 hectares no ano-safra 2018/19 – sendo 123.721 ha de algodão, 234.149 ha de soja, 88.918 ha de milho e 1.912 ha de outras culturas.

O modelo de negócio é baseado em um sistema de produção moderno, com alta escala, padronização das unidades de produção, tecnologia de ponta, controle rigoroso dos custos e responsabilidade socioambiental.

Ao longo de sua história, a SLC Agrícola desenvolveu uma sólida expertise na prospecção e aquisição de terras em novas fronteiras agrícolas. O processo de aquisição de terras com alto potencial produtivo também visa capturar a valorização imobiliária que as terras agricultáveis no Brasil proporcionam em função das vantagens comparativas em relação aos principais produtores agrícolas do mundo, tais como Estados Unidos, China, Índia e Argentina.

4.10.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisada as Demonstrações Contábeis, verificou-se provisões para processos ambientais no valor de R\$ 330.000,00 cuja probabilidade de perda foi apontada como provável. Também foi identificada a existência de processos ambientais é possível totalizando o valor de R\$ 814.000.000,00. As informações foram evidenciadas nas notas explicativas no item provisões para riscos tributários, ambientais e trabalhistas no Relatório da Administração.

Analisado o Balanço Social identificou-se a evidenciação de valores referente ao ano de 2017 referente a duas multas somando o valor de R\$ 83.500.000,00. As multas referem-se a dados incompletos no Inventário Florestal junto com o corte de 47 árvores de Pequi sem autorização. Também ocorreu uma atuação por presença de agrotóxicos vencidos com o prazo de validade vencidos com prazo superior a seis meses em seu estoque. Essas informações foram evidenciadas no relatório de sustentabilidade no capítulo de Conformidade Ambiental.

4.11 TELECOM

Em 1998 foi criada a Brasil Telecom, com atuação em 30% do território brasileiro e iniciamos a implantação da Supervia Digital. Em 2002 aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa.

A Oi efetuou a compra da Brasil Telecom por R\$ 5.800.000,00 de reais. O decreto foi assinado pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva para a compra ser efetivada pois era algo que não poderia ser regulamentado naquela época. O negócio foi acertado entre as duas partes e a Oi incorporou a Brasil Telecom em maio de 2009.

Em 2010 foi concluída a integração operacional com a Brasil Telecom e passou a atuar em todo território nacional. E em 2012 foi concluída a reorganização societária e é iniciada a negociações de ações as Oi S.A na bolsa de São Paulo e Nova Iorque.

4.11.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

A Analisada as Demonstrações Contábeis, verificou-se que não há evidenciação de Passivos Ambientais e nem Custos Ambientais.

Analisando o Balanço Social foi verificado que apenas dois itens foram evidenciados: conservação de energia no valor de 1.497.000,00 e 12.000,00 referente a projetos de educação ambiental em comunidades.

Também identificou que houve evidenciação de valores referente ao ano de 2017 totalizando o valor de R\$ 5.522.527,17 no relatório de sustentabilidade. Entre esse valor estão tratamento e disposição de resíduos, descarte de baterias, aparelhos e acessórios coletados nas lojas, gastos com licenciamentos ambientais, emissão de laudos radiométricos, custo com transportes e armazenagem de resíduos sólidos, contratação de consultorias e custos com a prevenção e gestão ambiental. Essas informações foram referenciadas um quadro de Total de Investimentos e gastos em Proteção Ambiental, discriminado por tipo.

4.12 UNIDAS

A Unidas surge em 1985, quando cinco empresas de aluguel de carros e dois investidores se unem na cidade de São Paulo, criando uma locadora com sete filiais e aproximadamente 500 veículos.

Em 1993 a Locarvel é fundada por Luís Fernando Porto, em Belo Horizonte, uma locadora de veículos especializada em terceirização de frotas corporativas com apenas 16 carros. Em 2012 essa empresa passa a se chamar Locamerica e, neste mesmo ano, realiza o seu IPO, a oferta inicial de ações no mercado financeiro, passando a negociar suas ações na BM&Fbovespa atual B3.

No final de 2017, a Locamerica e a Unidas anunciam sua fusão, combinando seus produtos e serviços numa gama completa de soluções de mobilidade para pessoas e empresas. Toda a operação foi consolidada sob a marca Unidas.

4.12.1 Evidenciação do passivo e do custo ambiental

Analisada as Demonstrações Contábeis, verificou-se que não há evidenciação de Passivos Ambientais e nem Custos Ambientais.

Analisado o Balanço Social identificou-se que a mesma possui ações voltadas a sustentabilidade ambiental como consumo de água e energia elétrica, campanha de uso consciente de impressoras, investimentos em refletores de LED e lavagem de veículos com cera no lugar de água desde 2007.

A partir das informações coletadas nas doze empresas ganhadoras do prêmio de Transparência 2018 com base nas Demonstrações Contábeis e balanço social, chegamos nos seguintes resultados de quais empresas evidenciam passivos e custos ambientais demonstrados no Quadro 1:

Quadro 1 – Resultado se as empresas evidenciam as informações ambientais

Empresa	Demonstrações Contábeis		Balanço Social	
	Passivos Ambientais	Custos Ambientais	Passivos Ambientais	Custos Ambientais
Algar	Não	Não	Não	Sim
CESP	Sim	Sim	Sim	Sim
Duratex	Sim	Não	Não	Não
Engie Brasil	Sim	Não	Sim	Sim
JSL	Não	Não	Não	Não
Localiza Rent a Car	Não	Não	Não	Não
Mahle Metal	Sim	Não	Não	Não
Marcopolo	Não	Não	Não	Não
SANEPAR	Sim	Sim	Sim	Sim
SLC Agrícola	Sim	Não	Sim	Não
Telecom	Não	Não	Não	Sim
Unidas	Não	Não	Não	Não
%	50%	16,67%	33,34%	41,67%

Fonte: elaborado pelo autor

5 CONCLUSÃO

Com a globalização, a superpopulação e os recursos naturais cada vez mais escassos as discussões com os temas relacionados a sustentabilidade é cada vez mais presente no ambiente empresarial. Independente do ramo de atividade as normas ambientais impostas pelos órgãos regulatórios ficam cada vez mais restritivas. Também o próprio consumidor está atento ao tipo de produto que está consumindo e como é a política da empresa que produz o mesmo.

No ambiente corporativo ou no processo produtivo, o cuidado com questões ambientais estão presentes e demandam tempo e investimento. Essas demandas referem-se desde as licenças ambientais referentes a instalação de empresas até o descarte de sobras da produção. Como qualquer fato quantitativo ou qualitativo a contabilidade necessita mensurar os mesmos. Por essa demanda, surgiu a contabilidade ambiental.

A contabilidade ambiental registra os bens, direitos e obrigações ambientais da entidade e suas mutações. O objetivo é mostrar as informações referentes a registros ambientais aos usuários internos e externos que possam ter causados modificações patrimoniais quantificadas em moeda.

Dentro desse contexto, neste estudo, o intuito foi observar e analisar se as empresas ganhadoras do prêmio de transparência 2018 evidenciavam as informações contábeis relacionadas as questões ambientais. Para o presente estudo foram selecionadas doze empresas ganhadoras do prêmio na categoria de até 5 bilhões. Para o estudo foi analisado as informações divulgadas pelas empresas nas Demonstrações Contábeis e Balanços Sociais.

Primeiramente buscou-se embasamento na literatura referente ao tema de contabilidade ambiental e seus derivados. Após, foi realizado o estudo de cada empresa, analisando sua área de atuação. Depois foram analisadas as suas Demonstrações Contábeis em sua totalidade e posterior o balanço social. Com esse processo foi possível verificar quais empresas evidenciam as informações contábeis e quais não demonstram esse tipo de dados.

Com base nos dados analisados pode verificar que 50% das empresas analisadas evidenciam nas Demonstrações Contábeis os passivos ambientais. Em relação aos custos ambientais apenas 16,67% evidenciam as referidas informações. Quanto as evidenciações no balanço social, apenas 33,34% das empresas

estudadas evidenciam os passivos ambientais. Para os custos ambientais esse número foi de 41,67%.

As informações referentes aos relatórios contábeis são evidenciadas no balanço contábil, relatório da administração, demonstração de fluxo de caixa e principalmente nas notas explicativas. As principais contas usadas são passivos de contingência, provisões de processos ambientais e provisões para contingência.

A evidenciação nas Demonstrações Contábeis é de grande relevância para seus usuários pois diversos custos e gastos que poderiam ser evidenciados como ambientais acabam sendo contabilizados como custos de produção sem a diferenciação. O mesmo é relacionado aos passivos ambientais que são de grande importância em uma negociação de venda da empresa, por exemplo, onde essa informação seria analisado pelo comprador e ajudaria na decisão da compra. Ou mesmo para o conhecimento do público externo. A empresa que possui um passivo ambiental apresenta gastos mais altos com a manutenção do dano ao ambiente e conseqüentemente acabam perdendo valor no mercado e lucratividade.

Diante disso pode-se chegar à conclusão que as informações que são evidenciadas são escassas onde poderiam ser mais completas e claras para os usuários das informações divulgadas. Porém o risco financeiro que a empresa poderia demonstrar evidenciando os passivos ou o detalhamento dos custos ambientais acabam deixando essas informações menos visíveis nas demonstrações contábeis. O detalhe mais impacta a evidenciação da contabilidade ambiental é que sua aplicação é facultativa. Possui apenas normas onde os próprios textos deixam claro que é opcional pelas empresas ou quando elaboradas devem seguir os registros das informações sociais e ambientais das mesmas.

No Balanço Social a grande maioria das empresas estudadas demonstra as iniciativas relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade porem não apresenta essa informação em valores. Sendo empresas de grande porte, a mensuração em valores seria mais um meio de mostrar como a empresa está engajada com as causas ambientais, consumo consciente, proteção ambiental, cursos e conscientização interna ou externa, consumo de energias sustentáveis e diversas outras ações aplicadas em prol do meio ambiente.

As informações referentes aos lançamentos no balanço social ou relatório de sustentabilidade é mais livre e cada empresa demonstra da maneira que acha mais apropriada ou de acordo com as políticas da mesma. As evidenciações giram em

torno de custos ambientais, receita ou economia ambiental do período, pesquisa e desenvolvimento, multas, proteção ambiental, passivos e contingências ambientais.

Nos próximos anos, com as demandas de consumo cada vez maior e o crescimento populacional, as empresas que tiverem um olhar voltado para o meio ambiente se destacarão no mercado. Hoje está surgindo um novo tipo de consumidor, que não leva só o preço do produto em conta mas sobre quais circunstancia o produto foi fabricado como a origem do material, histórico da empresa e quais iniciativas a empresa tem perante a sociedade.

O presente estudo, buscou apresentar da melhor forma os conceitos sobre contabilidade ambiental a serem verificados nas doze empresas ganhadoras do prêmio de transparência 2018. Porem encontrou a limitação que nem todas as empresas estudadas evidenciam as informações referentes a custos e passivos ambientais. Com essa abordagem, dificultou um estudo mais aprofundando sobre o assunto.

Além das contribuições adquiridas com o presente estudo, sugiro para futuras pesquisas, uma verificação nos anos futuros a partir de 2018, se as empresas estão evidenciando seus passivos e custos ambientais de forma mais completa e detalhadas do que as apresentadas.

REFERÊNCIAS

- ANEFAC (São Paulo) (Org.). **ANEFAC: Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**. 2019. Disponível em: <<https://www.anefac.org/transparencia>>. Acesso em: 28 maio 2019.
- ANEFAC. **ANEFAC | Troféu Transparência**. 2019. Disponível em: <<https://www.anefac.org/transparencia>>. Acesso em: 28 maio. 2019.
- ANTONOVZ, Tatiane. **Contabilidade Ambiental**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.
- ARAÚJO, Stephany Alves Pereira De et al. **Contabilidade ambiental: Caracterização do passivo ambiental gerado pelo Lixão em Jussara – Goiás**. Pubvet, [s. l.], v. 11, n. 6, p. 620–637, 2017.
- BRONDANI, Gilberto et al. **Contabilidade Como Fator de Responsabilidade Com o Social e Ambiental**. Revista Eletrônica de Contabilidade. Vol. 1 N1, Ano 2004
- BRUMATI, Débora Natalia. **Contabilidade Da Gestão Ambiental: Ativos E Passivos Ambientais Em Empresas**, Em Alta Floresta/Mt, Em 2014-2015. REFAF - Faculdade de Alta Floresta, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 103–117, 2015. Disponível em: www.refaf.com.br
- CARVALHO, G. M. B. de. **Contabilidade Ambiental: teoria e prática**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- CAVALCANTI, Iris; FERNANDES, Ana Paula Lima Marques. **Proposta De Um Modelo De Balanço Sócio Ambiental Para O Setor Hoteleiro No Estado De Alagoas**. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO 2015, Anais... [s.l: s.n.]
- CERQUEIRA, Jorge P. **Sistemas de Gestão Integrados: ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001, SA 8000 e NBR 16001 conceitos e aplicações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Equipe Qualitymark, 2012.
- CLEMENTE, Ademir; KUBASKI, Débora; TAFFAREL, Marinês. **Contabilidade Ambiental: uma análise na indústria de papel e celulose do Estado do Paraná**. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro
- CRISTINA, Teresa; EUGÊNIO, Pereira. **Contabilidade Ambiental**. Critical Perspectives, [s. l.], p. 33–59, 2007.
- COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barroso da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- FERNANDES, Moacir. **Transparência Corporativa Aplicada Pelas Empresas de Capital Aberto com Faturamento Superior a R\$ 5 Bilhões Anuais Participantes**

do Troféu Transparência 2014: Estudo de Caso da GERDAU, uma das Empresas Ganhadoras do Prêmio Transparência 2014. Revista UNILUS Ensino e Pesquisa, [s. l.], v. 2083, n. 13, p. 48–57, 2015.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREITAG, Viviane da Costa et al. **Aplicabilidade da Contabilidade Ambiental nas indústrias Químicas Farmacêuticas do Estado do Paraná.** Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, [s. l.], p. 79–98, 2016.

FREITAS, Débora Pool da Silva; OLEIRO, Walter Nunes. **Contabilidade Ambiental: A Evidenciação nas Demonstrações Financeiras das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA.** REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 1, no 2, p.65-81, Set-Dez/2011, [s. l.], v. 1, p. 65–81, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas 2002.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GRI. Empowering Sustainable Decisions. **Relatório de Sustentabilidade.** Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/default.aspx> Acesso em 24 set. 2019.

IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) (Org.). IBGC. 2019. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

IBRACON. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **ANEFAC anuncia companhias vencedoras do Troféu Transparência 2017.** Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=4686> Acesso em: 05 set. 2019

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Dicionário de Termos de Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2001.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade Ambiental: O Passaporte para a Competitividade.** Revista Catarinense da Ciência Contábil, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 25–40, 2014.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute et al. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa.** 2015. Disponível em: <<http://ciaiq.org/?lang=pt>>. Acesso em: 28 out. 2019.

LONGEN, Isadora Luiza; FILHO, Loriberto Starosky. **Contabilidade Ambiental –**

Uma Contribuição Teórica. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE 2016, São Paulo. Anais... São Paulo

LOPES, Paulo Tadeu Campos; DAL-FARRA, Rossano André. **Métodos Mistos De Pesquisa Em Educação: Pressupostos. Nuances: estudos sobre Educação**, [s. l.], v. 24, p. 67–80, 2013.

MELLO, Daiane Cristina da Silva et al. **Disclosure Ambiental: Uma Análise Das Informações Ambientais Nas Demonstrações Financeiras Da Petrobras No Período De 2007 a 2012.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), [s. l.], v. 19, n. 3, p. 88–101, 2014.

NOSE, Enio Tadashi et al. **Comunicação no processo de implantação da governança corporativa em empresas.** Revista Metropolitana de Governança Corporativa, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 3–18, 2017.

NOVAES, Danielle Alves de; SOUZA, Sampaio da Silveira. **Análise do Desenvolvimento Sustentável no Balanço Social da Empresa Eletronuclear.** Revista Episteme Transversalis. Vol. 9, N1, Ano 2018.

OLIVEIRA, Ana Karla Batista De; AMORIN, William Scoralick. **O papel da Governança Corporativa em relação aos impactos ambientais.** [s. l.], 2018. Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/1060>>

OLIVEIRA, Andressa Rodrigues De et al. **Balanço socioambiental do município de Novo Brasil / GO no exercício de 2014** Social and. Pubvet, [s. l.], v. 10, p. 411–426, 2016.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Contabilidade e Responsabilidade Social. Florianópolis:** Departamento de Ciências Contábeis/UFSC, 2009.

PINHEIRO, Valéria Aparecida Alves; BOSCOV, Camila Pereira. **Análise De Informações Por Segmento Das Empresas Premiadas pelo troféu de transparência ANEFAC/FIPECAFI/SERASA 2013.** ConTexto, [s. l.], v. 15, n. 29, p. 96–112, 2015.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Luiz Paulo Roberto Dos; SOUZA, Leonice Damando De. **Contabilidade Ambiental: Uma Contribuição da Ciência Contábil à Sustentabilidade da Gestão Ambiental.** Gestão Socioambiental, [s. l.], p. 1–13, 2014.

SILVA, Benedito Gonçalves Da. **Contabilidade ambiental.** 1. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

SOUZA, Cristiano Carlos De et al. **Contabilidade Ambiental: Pequenas Atitudes Grandes Mundanças.** Gestão em Foco, [s. l.], v. 7, p. 239–245, 2015.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira.

Contabilidade e gestão ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Transparência Internacional Brasil. **A importância de ser transparente.** Disponível em: <https://transparenciacorporativa.org.br/trac2018/#meto> Acesso em 05 de set. 2019.

VERONEZE, Mikael Vieira, et al. **Contabilidade Ambiental: Estudo Sobre Sua Importância Para os Profissionais Contábeis de Tangará da Serra.** XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Ano 2015.

VIDAL, Leda Cristine Bezerra; RODRIGUES, Ana Tércia Lopes. **O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e as boas práticas de governança corporativa: um estudo sobre as empresas listadas na BM & F BOVESPA.** [s. l.], p. 1–81, 2018.

YAMAGUCHI, Cristina Keiko; SORATTO, Kátia Aurora Dalla Libera; MARIOT, Mariana Gonçalves. **Aplicabilidade do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em uma Indústria Carbonífera de Santa Catarina e o Impacto na Contabilidade e no Orçamento Organizacional.** Revista Ambiente Contábil, [s. l.], 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente><http://ccsa.ufrn.br/ojs/index.php?journal=contabil><http://www.atenas.org.br/revista/>>

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e Métodos.** 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015

